



## ASSISTÊNCIA SOCIAL, BIOPOLÍTICA E NEOLIBERALISMO

Romário Edson da Silva Rebelo<sup>1</sup>  
Jean François Yves Deluchey<sup>2</sup>

### RESUMO

A entrega de cestas básicas durante os primeiros meses da pandemia foi um verdadeiro espetáculo no Brasil, e na periferia de Belém do Pará, não foi diferente. Esse espetáculo remeteu na nossa avaliação ao papel biopolítico que a assistência social exerce. Devemos interrogar o motivo de o Estado, na atual fase do capital, financiar uma política pública voltada para famílias na linha e abaixo da linha da pobreza, famílias essas que, muitas vezes, são o alvo do extermínio legitimado pela mídia e por vozes tirando sua autoridade do Estado. Para tanto, propusemos pensá-la a partir da consolidação da assistência social no Brasil, uma história que se confunde com a caridade, o damismo e a filantropia, e assim, problematizar a gestão da miséria dentro de uma agenda neoliberal. Com isso, chegamos à conclusão de que a assistência social opera uma invasão pacífica de espaços heterotópicos com o objetivo de capturar as formas de vidas estranhas ao mercado e submetê-la a uma lógica hierarquizante.

**Palavras-chave:** assistência social; biopolítica; neoliberalismo; pandemia; pobreza.

## SOCIAL ASSISTANCE, BIOPOLITICS AND NEOLIBERALISM

### ABSTRACT

The delivery of basic food baskets during the first months of the pandemic was a real spectacle in Brazil, and on the outskirts of Belém do Pará, it was no different. This spectacle referred, in our assessment, to the biopolitical role that social assistance plays. We must question the reason why the State, in the current phase of capital, finances a public policy aimed at families on and below the poverty line, families that are often the target of extermination legitimized by the media and by voices taking their state authority. Therefore, we propose to think about it from the perspective of the consolidation of social assistance in Brazil, a story that is intertwined with charity, damism and philanthropy, and thus, problematize the management of poverty within a neoliberal agenda. With this, we come to the conclusion that social assistance operates

<sup>1</sup> Doutorando em Direitos Humanos e Estudos Críticos pelo PPGD/ICJ/UFGA. Mestre em Direitos Humanos e Inclusão Social, também pelo PPGD/ICJ/UFGA. Membro do Grupo de Pesquisa CESIP-Margear/CNPq. Bolsista da CAPES. Servidor público da Funpapa, entidade gestora da Política Nacional de Assistência Social no Município de Belém.

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade de Sorbonne (Paris III). Professor Associado da UFGA. Co-líder do Grupo de Pesquisa CESIP-Margear/CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa Internacional GENA.





a peaceful invasion of heterotopic spaces with the aim of capturing forms of life that are foreign to the market and submitting it to a hierarchical logic.

**Keywords:** social assistance; biopolitics; neoliberalism; pandemic; poverty.

## 1 INTRODUÇÃO

Era uma manhã de sol do mês de maio em Belém do Pará, e a feira da Rua Oito de Maio, no distrito de Icoaraci, estava tão movimentada quanto nos dias em que não erámos assombrados por uma pandemia, os ditos dias normais. As ruas do entorno da feira estavam lotadas, nem parecia *lockdown*. Naquele dia, havíamos saído com o intuito de entregar para as famílias que atendemos no CREAS do distrito o que chamamos de apoio alimentar: um embrulho contendo alguns itens da cesta básica. Apesar de atendermos muitas famílias abaixo da linha da pobreza, muitas marcadas por algum histórico de violência, tivemos que selecionar as que julgamos, àquela altura, as mais vulneráveis, devido ao número reduzido desses embrulhos enviados pela FUNPAPA, entidade gestora da Política Nacional de Assistência Social no Município.

Uma dessas famílias mora numa área de ocupação chamada Vila Rosinha, cujo único acesso faz-se por uma “baixada”: a casa de madeira foi construída sobre um terreno alagado, cujo acesso é por meio de pontes improvisadas feitas de tábuas reaproveitadas. O banheiro, também de madeira, fica do lado de fora, revelando a ausência de saneamento básico. Essa família chegou ao CREAS por conta da ocorrência de trabalho infantil: um dos filhos, de 12 anos, foi abordado com um isopor vendendo caranguejos numa esquina próximo à feira do bairro onde mora. Esquina essa que ele também campinava com o auxílio de um terçado enquanto aguardava os potenciais clientes se aproximarem. Outra família mora nos fundos de um terreno que fica em mais uma baixada, conhecida popularmente como Baixada Fluminense. A casa, também de madeira, tem um acesso difícil, pois nem todo o caminho até ela conta com pontes de tábuas. Assim como a anterior, essa família passou a ser atendida no CREAS pela ocorrência de trabalho infantil: três irmãos, de 8 a 12 anos, foram abordados lavando para-brisas no sinal de uma movimentada avenida da cidade. O serviço público de assistência social chega há muitos lugares, onde nem mesmo os profissionais da segurança pública se sentem seguros para se arriscar fora de suas viaturas.

A periferia é esse universo de lugares, é uma heterotopia justaposta por “lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são



espécies de contraposicionamentos” (FOUCAULT, 2009, p. 415) de projetos de vida possíveis e que estão “ao mesmo tempo representados, contestados e investidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis” (FOUCAULT, 2009, p. 415). Com todo “um sistema de abertura e fechamento que, simultaneamente, as isola e as torna penetráveis” (FOUCAULT, 2009, p. 420), só temos permissão de atravessar esses espaços porque lá constituímos algum tipo de vínculo prévio com os moradores.

Mesmo havendo certa beleza social por trás desse trabalho, a pandemia trouxe questionamentos sobre o papel biopolítico que a assistência social exerce. Por que o Estado, na atual fase do capital, financia uma política pública voltada para famílias abaixo da linha da pobreza, famílias que, muitas vezes, são o alvo de um extermínio legitimado pela mídia e pelo próprio Estado?

Neste artigo, portanto, temos como objetivo construir uma hipótese a essa pergunta. Para tanto, pretendemos pensá-la a partir de uma reflexão sobre a assistência social no Brasil, cuja história se confunde com a caridade, o damismo e a filantropia, e assim, problematizar a gestão da desgraça da qual esta se encarrega dentro de uma agenda neoliberal.

A fim de cumprir o nosso objetivo de acordo com essas etapas de pesquisa, o situaremos numa abordagem crítica, uma das frentes do rico debate sobre a Política Nacional de Assistência Social, que é desenvolvido, sobretudo, no campo dos Direitos Humanos, fazendo uso do modelo teórico, da grade de análise de Foucault, cujo encontro se dá através de categorias presentes em sua obra que, aparentemente, guardam alguma relação com os termos empregados por essa política pública.

Trata-se de uma fase de uma pesquisa de doutorado ainda em desenvolvimento, e nesta fase, empregamos o método de raciocínio dialético, e como métodos de procedimento, os métodos histórico e etnográfico. Tomamos como materiais de pesquisa a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, as Orientações Técnicas e o último Censo SUAS, além do Banco de Dados do CREAS dos distritos de Icoaraci e Outeiro, em Belém do Pará.

## 2 A CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

O que queremos dizer quando falamos em assistência social? Poderíamos fazer uso da definição constitucional do direito à assistência social, que, ao lado do direito à saúde e do direito à previdência social, compõe a seguridade social. Assim como poderia recorrer à



definição legal disposta na LOAS. Mas o que nos interessa aqui é a lógica por trás das práticas comuns à Política Nacional de Assistência Social, que têm a capacidade de nos revelar o que Foucault (2008a) chamou de tecnologia de poder: aquilo que é, segundo ele, exterior e geral às instituições, na medida em que “se articula com o projeto absolutamente global, que visa toda a sociedade” (FOUCAULT, 2008a, p. 157), através da “definição de um regime não contratual para os indivíduos desvalorizados” (FOUCAULT, 2008a, p. 157) e que “coordena por si mesma todo um conjunto de técnicas variadas relativas à educação de crianças, à assistência aos pobres, à instituição do patronato operário” (FOUCAULT, 2008a, p. 145).

Trata-se, basicamente, de uma genealogia, que vai muito além de um mero resgate cronológico, pois é por detrás das instituições que se “reconstitui toda uma rede de alianças, de comunicações, de pontos de apoio” (FOUCAULT, 2008a, p. 157). Por isso, temos a noção, *a priori*, de que essa política pública não se esgota nos postulados normativos próprios dos universos jurídico e político-procedimental.

É obvio que não temos a pretensão de descrever todas as práticas da Política Nacional de Assistência Social, até porque, além de ser muitas, também estão em constante mudança pelo próprio movimento acadêmico, técnico e, de certo modo, popular que nos últimos dez anos vem consolidando essa política pública no país, conquistando espaço no campo até então dominado por instituições religiosas, primeiras-damas e iniciativa privada que disputavam, através de várias técnicas de gestão da desgraça, almas, eleitores e massa de manobra. Essa comparação, inclusive, nos parece o melhor recurso metodológico para tratarmos da lógica por trás de cada uma delas.

Que a “disputa por almas” é acirrada até os dias de hoje, isso já sabemos. Mas queremos destacar aqui aquelas experiências que foram fundantes dessa disputa no Brasil: os colégios jesuítas e as rodas de expostos, exatamente por conta do papel estratégico, abrangência e duração que tiveram. No Regimento do Governo-Geral do Brasil, de 17 de dezembro de 1548, D. João III determinou uma série de medidas para o sucesso do projeto de colonização, dentre as quais, a catequização dos povos indígenas, que deveria começar pelos chamados meninos gentios, já que “neles imprimirá melhor a doutrina, trabalharei por dar ordem como se façam Cristãos, e que sejam ensinados e tirados da conversão dos gentios” (PORTUGAL, 1548, não paginada).

Segundo Chambouleyron (2013), o primeiro dos muitos colégios jesuítas do Brasil foi fundado em 1550 em Salvador, que permaneceram em atividade mesmo após a expulsão da



ordem em 1759, como a Casa de Caridade de Belém do Pará, reestruturada pelo bispo D. Caetano Brandão em 1788, quando voltou a contar com “esmolas e doações, que eram solicitadas pelo religioso” (PINHEIRO, 2017, p. 47-48), e anos mais tarde, pelo bispo D. Manuel Almeida para as “meninas gentias que trouxe do sertão por ocasião da sua viagem pastoral” (PARÁ, 1868, p. 181), até assumir o nome de Collegio de Nossa Senhora do Amparo em 1851 e passar a receber apenas meninas de famílias desvalidas no prédio hoje ocupado pelo Colégio Gentil Bittencourt, onde estudam os filhos de parte da classe alta da cidade.

Por sua vez, as rodas dos expostos – dispositivos de abandono de crianças com garantia de sigilo –, foram instaladas nos muros de treze das Santas Casas de Misericórdia do Brasil a pedido do vice-rei Vasco Fernandes Cezar de Menezes numa carta escrita em 1726 à Coroa portuguesa, sob a justificativa de que o nosso

[...] clima conduz muito para a liberdade, não faltam ociosos que se aproveitam dela, para continuarem na repetição dos vícios; destes procede haver tal número de crianças expostas, que sem piedade as lançam nas ruas e muitas em partes, donde a voracidade dos animais as consome. [...] erigisse uma roda, que era o único meio por que se podia evitar tanta impiedade” (MENEZES, 1726, não paginado, *apud* MARCILIO, 1997, p. 58).

Até a independência, as rodas de expostos foram regulamentadas por uma série de alvarás, alguns aplicados à Santa Casa de Misericórdia do Pará, embora os registros levantados por Pinheiro (2017) não nos permitam dizer que esta tenha, de fato, contado com um sistema completo; e por decretos durante o Império e a República Velha, a ponto de a última, a da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, como apurou Marcílio (1997), só ter encerrado suas atividades na década de 1950. Já a disputa de eleitores, que também não é coisa do passado, em determinado momento, se deslocou para a gestão da desgraça até então confiada às instituições religiosas.

Darcy Vargas, esposa do então presidente Getúlio Vargas, dirigiu aquela que foi a primeira iniciativa de assistência social com abrangência nacional do País: a Legião Brasileira de Assistência. Criada para prestar apoio às famílias dos militares enviados para a segunda guerra mundial, não demorou muito para que despertasse o interesse daqueles que viram nela o potencial de uma grande vitrine política. Com isso, segundo Iamamoto e Carvalho (1982), a Legião Brasileira de Assistência passou a ser financiada não só pelo governo federal, mas também pela Confederação Nacional da Indústria e a Associação Comercial do Brasil, além de



distintas mulheres da alta sociedade. Com o cargo máximo restrito às primeiras-damas, a Legião Brasileira de Assistência, para Cisne (2004), deu início ao damismo, um fenômeno reproduzido por anos também em estados e municípios, que tornou ainda mais imbricada a relação da assistência social com o papel atribuído às mulheres. O damismo deslocou o que antes era do campo religioso para o secular, mais precisamente, para o braço feminino do Estado, ou como Bourdieu (1998) prefere, “a mão esquerda do Estado”, composta pelos trabalhadores sociais responsáveis pelo cuidado coletivo e que, por isso mesmo, são considerados os “gastadores” pelos burocratas economicistas que compõem a mão direita.

Por último, a disputa por massa de manobra, que, a propósito, guarda bastante semelhança com a dos tempos atuais, recobre um vasto discurso de combate ao comunismo. Em uma conferência da Academia Brasileira de Letras, ocorrida em 1937, o juiz Saboia Lima afirmou que “a criança é um dos elementos mais disputados pelo comunismo, para desorganizar a sociedade atual [...] como é necessário cuidar da criança no sentido da defesa da pátria e da sociedade” (LIMA, 1937, p. 266-267, *apud* RIZZINI, 2000, p. 46). Um discurso que chegou à Escola Superior de Guerra como um dos pontos centrais de uma doutrina desenvolvida ainda na década de 1950 chamada Segurança Nacional, que viu na assistência social uma estratégia importante para barrar a ameaça do comunismo no país, ameaça essa que começava a “atuar nos bolsões de pobreza, chamados bolsões de ressentimento” (ROSEMBERG, 1997, p. 141-142). Tinha-se que integrar os mais pobres, sobretudo do Norte e Nordeste do Brasil, ao processo de desenvolvimento nacional através dos filhos. Foi quando se pensou no Projeto Casulo, um programa de educação infantil em massa financiado pelo Unicef e promovido pela Legião Brasileira de Assistência e, que até a década de 1970, chegou a atender mais de um milhão de crianças, uma das origens das creches e internatos da Política do Bem-Estar do Menor que marcou a Ditadura Militar.

Enquanto que a caridade, o damismo e a filantropia construíram um campo em que pudessem se aproveitar da desgraça do que se chamava de crianças enjeitadas e órfãs, viúvas e velhos desvalidos, loucos de toda sorte, doentes e delinquentes que até então seriam entregues à própria sorte ou ao sistema penal, apropriando-se dessas vidas através do confinamento em instituições fechadas, como creches, internatos, orfanatos, asilos, manicômios, leprosários e colônias agrícolas, aproveitando-se, assim, das doações de fiéis, do trabalho forçado e dos recursos públicos para a manutenção dessas instituições; a Política Nacional de Assistência Social, ainda que herdeira dessa história, passou a atender somente a demanda social dessa



população, deixando de se ocupar, por exemplo, da educação e da saúde, que são objeto de políticas públicas próprias, de modo a apostar num trabalho em rede, inviabilizando a concentração de serviços numa mesma instituição a ponto de minar a prática do confinamento.

Não por acaso, um dos princípios centrais da Política Nacional de Assistência Social é garantir à essa população o que passamos a chamar de direito à convivência familiar e comunitária, o que, obviamente, encontrou dura resistência, sobretudo de instituições que, segundo Daffre (2012) e Rebelo (2019), ganhavam mais a mantendo afastada, isolada e devidamente controlada.

Entre as práticas mais comuns da Política Nacional de Assistência Social que se dizem alinhadas a esse e a tantos outros direitos, destacamos: a busca ativa; a acolhida; a escuta; a orientação e o atendimento individual ou em grupo, tanto em espaços próprios, quanto na rua ou mesmo em domicílio, mas sem “possuir caráter terapêutico” (BRASIL, 2014, p. 12); o registro de informações em prontuários, cadastros e outros bancos de dados; a elaboração de relatórios e de planos individual ou familiar de atendimento; encaminhamentos aos serviços da mesma ou de outras políticas públicas, conforme a necessidade identificada e os fluxos definidos; o acompanhamento e o monitoramento dos casos e a avaliação dos impactos. Tudo isso parece mais palavras-chave do que práticas em si, mas são termos ou “tipologias que, sem dúvida, corroboram para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial” (BRASIL, 2014). Por isso, essas palavras são amplamente usadas para significar o trabalho desenvolvido por essa política pública em todo o País, embora o que muitas delas queiram dizer varie segundo uma série de fatores, como o público, o serviço e a territorialidade.

De acordo com o Censo SUAS de 2019, o Brasil conta com 8.357 CRAS para o atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, 2.723 CREAS para o atendimento de pessoas vítimas de violências, 228 Centros POP para o atendimento de pessoas em situação de rua, 1.666 Centros-Dia para o apoio às famílias no cuidado com pessoas com deficiência e/ou idosas em situação de dependência, 5.768 Unidades de Acolhimento Institucional para o acolhimento provisório de crianças e adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e idosas vítimas de violência doméstica e/ou ameaçados de morte, além de migrantes em trânsito e pessoas em situação de rua ou atingidas por calamidades públicas, e 380 Programas de Família Acolhedora como alternativa ao acolhimento provisório de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica.



Como podemos observar, o trabalho desenvolvido na Política Nacional de Assistência Social é voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade e vítimas de violência, entendidas como decorrentes do chamado risco pessoal ou social, seja por conta da pobreza ou da miséria, seja por conta de outras violações de direitos.

A Política Nacional de Assistência Social é implementada através de um sistema único, que por sua vez, é regulamentado por um conselho composto por representantes do Estado e da sociedade civil. Esse sistema único, chamado de Sistema Único de Assistência Social, é gerido e executado pelos três níveis de governo, tanto pela estrutura direta quanto pela indireta, e ainda conta com a possibilidade de participação da iniciativa privada, garantindo-se as seguranças sociais que devem ser afiançadas em todo o território nacional. As seguranças sociais são as respostas que a Política Nacional de Assistência Social oferece aos riscos pessoais ou sociais, e o faz através de programas, benefícios e serviços organizados em níveis de complexidade do que chamamos de proteções sociais.

As equivalências “risco pessoal ou social = vulnerabilidade”, assim como “segurança social = proteção social”, usadas na Política Nacional de Assistência Social são as que, aparentemente, guardam alguma relação com aquelas usadas por Foucault nos cursos *Em defesa da sociedade*, *Segurança, território, população* e *Nascimento da biopolítica*, ministrados no Collège de France entre 1975 e 1979 para descrever o *locus* que a biopolítica assumia cada vez mais no centro das relações de saber-poder, até então ocupado por uma arte de governar fundada na expressão da soberania. Um mundo em que o perigo passou a ser produzido pelos próprios dispositivos de segurança, tornando-os totais e fluídos como uma verdadeira gestão da desgraça: afinal, para administrá-la, deve-se antes provocá-la, capturá-la e fazê-la circular.

### 3 A GESTÃO DA DESGRAÇA

De todos os textos de Foucault, os cursos *Em defesa da sociedade* e *Segurança, território, população* podem ser aqueles que mais nos ajudem a pensar o que aqui chamamos de “gestão da desgraça”, e que Wacquant (2003) descreveu como “gestão da miséria” ou “gestão policial e judiciária da pobreza que incomoda”.

No primeiro deles, *Em defesa da sociedade*, Foucault (2005) estuda a formação da ideia de Estado a partir das relações sociais nelas mesmas, e não da abstração do contrato social



proposto por Hobbes e que acabou se consolidando como axioma teórico-político por meio da teoria contratualista e da teoria do direito natural. Para isso, ele se propõe a fazer uma genealogia do discurso de guerra comum aos tempos em que a soberania ocupava o centro das relações de saber-poder. Foucault (2005) propõe inverter o aforismo de Clausewitz segundo o qual “a guerra não é mais que a continuação da política por outros meios” para afirmar que “a política é a guerra continuada por outros meios” (FOUCAULT, 2005, p. 22).

O desafio, no entanto, era pensar a inversão do aforismo de Clausewitz a partir do momento em que a biopolítica se deslocou para o centro das relações de saber-poder então ocupado pela soberania, pois agora os dispositivos governamentais não estavam mais empregados com o objetivo estratégico de “fazer morrer ou de deixar viver” que até então marcavam os dispositivos de suplício, e sim, de “fazer viver e de deixar morrer” que se confiou aos dispositivos disciplinares e de segurança (FOUCAULT, 2005, p. 287). Talvez isso pareça à primeira vista um paradoxo, mas Foucault esclarece que o objetivo estratégico da biopolítica não substituiu o da soberania, e nem o apagou, o que fez foi “penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo” (FOUCAULT, 2005, p. 287), a ponto de que, ao longo do tempo, tenha havido uma estatização do biológico, levando ao que Foucault chamou de “racismo de Estado”, por meio do qual ainda era legitimado matar.

Matar, na biopolítica, não se limita ao assassinio direto, na medida em que o racismo de Estado age tanto como “um corte entre o que deve viver e o que deve morrer” através da “distinção das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores”, quanto como “tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 2005, p. 304).

No assassinio indireto, inclusive, estão os perigos que as estruturas de saber chamarão de criminalidade, loucura e todas as outras que as técnicas de poder combaterão, nesse primeiro momento, pela prática do confinamento em instituições fechadas. Se nossa interpretação de *Em defesa da sociedade* tiver sentido, temos aí a desgraça, que não só foi provocada por esse discurso, como também, nesse primeiro momento, capturada pelos dispositivos disciplinares, ainda que, como suponho, não tenham conseguido isolá-la por completo e evitar que circulasse além dos muros daquelas instituições.

Por essa e outras razões, passou a interessar o homem-espécie, a população, objeto dos dispositivos de segurança, sem desconsiderar, no entanto, o homem-corpo, o indivíduo, que por



sua vez foi – e ainda é – objeto dos dispositivos disciplinares, já que os dispositivos de segurança, como afirma Foucault (2005), se implementam, de certo modo, a partir dos disciplinares. Não por acaso:

O outro campo da biopolítica vai ser todo o conjunto de fenômenos dos quais uns são universais e outros são acidentais, mas que, de uma parte, nunca são inteiramente compreensíveis, mesmo que sejam acidentais, e que acarretam também consequências análogas de incapacidade, de pôr indivíduos fora de circuito, de neutralização. Será o problema muito importante, já no início do século XIX (na hora da industrialização), da velhice, do indivíduo que cai, em consequência, para fora do campo de capacidade, de atividade. E, de outra parte, os acidentes, as enfermidades, as anomalias diversas. E é em relação a esses fenômenos que essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à Igreja. Vamos ter mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual, de seguridade, etc. (FOUCAULT, 2005, p. 291).

Isso seria um bom indicativo de o porquê a prática do confinamento em instituições fechadas não ter sido completamente abandonada pela Política Nacional de Assistência Social, mesmo que tenhamos a falsa ideia de que a assistência social tenha superado suas origens, as quais Foucault (2005) chamou de “grande assistência”. É mais provável que essa política pública não tenha substituído a caridade, o damismo ou a filantropia, e sim as complementou com procedimentos mais sutis, baratos e menos questionáveis nesses novos tempos, propondo-se mais a guiar as condutas da parcela da população que constitui seu público do que isolá-la do restante da população através do emprego dos dispositivos disciplinares dos quais tanto se serviu num passado nem tão distante. Então, podemos dizer que a assistência social, que Bourdieu (1998) e Cisne (2004) sugerem ser a parte do Estado voltado ao cuidado, dentre todos os outros, seria um dos mais imbricados com o poder pastoral.

No curso *Segurança, território, população*, Foucault (2008a) dá continuidade ao estudo da biopolítica. Na primeira parte do curso, Foucault se dedica ao que caracterizaria os dispositivos de segurança: o meio, incluindo os perigos decorrentes da circulação de pessoas e coisas; a aleatoriedade dos fenômenos, exigindo-se a projeção de possíveis respostas; e a obra de normalização. Diferentemente da obra de normação característica dos dispositivos disciplinares fundados no respeito à norma, a normalização é construída na base da distinção entre o normal e o anormal, possibilitando uma gestão mais difusa da população. Essas características dotam a biopolítica de um componente não só biológico (geografia, clima,



natalidade, crescimento, patologias e mortalidade), como até então parecia, mas também público (opiniões, comportamentos, hábitos e convicções), objeto de uma nova arte de governar, uma nova “governamentalidade”.

Governamentalidade é, antes de mais nada, o governo sobre todos os outros, incluindo “soberania e disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos de governo [e, por outro], o desenvolvimento de toda uma série de saberes” (FOUCAULT, 2008a, p. 144), configurando, assim, “o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo” (FOUCAULT, 2008a, p. 144), que se originou – ou talvez tenha se inspirado – muito lá atrás,

de um modelo arcaico, o da pastoral [judaico-]cristã; em segundo lugar, apoiando-se num modelo, ou antes, numa técnica diplomático-militar; e enfim, em terceiro lugar, [...] que chamamos, no antigo sentido do termo, o sentido dos séculos XVII e XVIII, de *polícia* (FOUCAULT, 2008a, p. 146).

O que nos interessa aqui é a pastoral judaico-cristã. Segundo Foucault (2008a), a pastoral judaico-cristã se constitui como “um poder que não se exerce sobre um território, [...] que, por definição, se exerce sobre um rebanho, mais exatamente sobre o rebanho em seu deslocamento, no movimento que o faz ir de um ponto a outro”, de modo que “o poder pastoral se exerce sobre uma multiplicidade em movimento” (FOUCAULT, 2008a, p. 168-169). Mas não é só: chama atenção também o fato de ser fundamentalmente benfazejo: o poder pastoral, mais que qualquer outro tipo de poder, busca proteger e salvar os seus. Isso faz do poder pastoral um poder do cuidado. O pastor “cuida do rebanho, cuida dos indivíduos do rebanho, zela para que as ovelhas não sofram, vai buscar as que se desgarram, cuida das que estão feridas”, a ponto de torná-lo, o mais paradoxal que possa parecer, um poder individualizante, pois mesmo que o pastor dirija todo o rebanho, “ele só pode dirigi-lo bem na medida em que não haja uma só ovelha que lhe possa escapar [...]. Ele faz tudo pela totalidade do rebanho, mas faz tudo também para cada uma das ovelhas” (FOUCAULT, 2008a, p. 170-172).

Esse é só um dos aspectos da governamentalidade. E dentre todos é aquele que, para quem está inserido no campo da assistência social, causa mais surpresa ante às tamanhas semelhanças do que se fazia e do que se faz com quem era ou é supostamente atormentado por uma desgraça. Vamos em busca, escutamos, oferecemos cuidados e conduzimos condutas que



julgamos ser, do alto de nosso messianismo, salvadoras, mas que, em determinadas circunstâncias, pode desarticular a forma de vida de todo um grupo. Geralmente, por conta do próprio perfil do público da Política Nacional de Assistência Social, são grupos da periferia, onde, inclusive, segundo o Censo SUAS de 2019, estão instalados 42,2% dos CRAS.

É exatamente isso que nos faz questionar, retomando a pergunta feita ainda na introdução, por que o Estado, na atual fase do capital, ainda que de forma parca, financia uma política pública voltada para famílias abaixo da linha da pobreza, famílias essas que, muitas vezes, são o alvo do extermínio legitimado pela mídia e pelo próprio Estado. Uma pergunta cuja hipótese nos exige pensar sobre a estratégia que está sendo desenvolvida, como diria Foucault (2005), através da implementação da Política Nacional de Assistência Social. Por “oficial” não nos referimos àquela inscrita nos postulados jurídicos, ainda que consideremos como pista a previsão constitucional de confiar à essa política pública “a promoção e a integração ao mercado de trabalho” (BRASIL, 1988, não paginado) entre a parcela da população que constitui seu público.

Conduzir a periferia para integrá-la ao mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, ao mesmo tempo que cria ou mantém todo um mercado de trabalho pensado, desde muito tempo, para gerir a desgraça, revela uma estratégia típica de uma agenda neoliberal.

#### **4 UMA AGENDA NEOLIBERAL PARA A PERIFERIA**

Supor que o mercado, no caso, o mercado de trabalho, seja uma chave de leitura para desvendar a estratégia da Política Nacional de Assistência Social é, antes de mais nada, considerá-lo, a partir de uma visão (neo)liberal do mundo, aquilo que define o que é verdadeiro e falso, possível ou impossível, útil ou inútil. Em consequência, é necessário compreender o mercado como esse lugar de verificação, cujos jogos de verdadeiro e falso, e somente esses jogos, permitem conduzir condutas.

No curso *Nascimento da biopolítica*, Foucault (2008b) dá continuidade ao estudo da arte de governar própria da biopolítica, e como essa arte de governar, por volta do século XVIII, encontrou na economia política uma certa limitação, segundo ele, interna às razões do Estado.



Por economia política, Foucault (2008b) entendia, de forma mais ampla, todos os discursos sobre método de governo capaz de assegurar a prosperidade de uma nação, cuja aplicabilidade dependia de uma noção de natureza definida pelas leis do mercado. De todos os discursos da economia política, Foucault (2008b) pôde identificar aquele que se impôs como quadro normativo da arte de governar própria da biopolítica: o liberalismo. Foucault (2008b) sugere, logo de início desse curso, que o deslocamento da biopolítica para o centro das relações de saber-poder não se deu em função exclusiva do liberalismo, embora, para que possamos compreendê-la, devamos antes entender “o que era esse regime governamental chamado liberalismo” (FOUCAULT, 2008b, p. 30).

O liberalismo remete para Foucault a “um fenômeno muito mais geral do que a pura e simples doutrina econômica, ou do que a pura e simples doutrina política” (FOUCAULT, 2008b, p. 83), na medida em que canalizou uma noção bem própria de natureza, uma natureza em função de “certo número de liberdades: liberdade de mercado, liberdade do vendedor e do comprador, livre exercício do direito de propriedade” (FOUCAULT, 2008b, p. 86).

Como uma limitação interna à expressão soberana do poder, o liberalismo atuou como uma limitação de fato, já que não opera no plano do dever-ser, de modo que “se o governo vier a atropelar essa limitação, a violar essas fronteiras que lhe são postas, não será ilegítimo por isso, não terá de certo modo abandonado sua essência” (FOUCAULT, 2008b, p. 15). Será apenas “um governo inábil, um governo inadequado, um governo que não faz o que convém” (FOUCAULT, 2008b, p. 15), sem deixar de ser, ao mesmo tempo, uma limitação geral, “isto é, seja como for, segue um tratado relativamente uniforme em função de princípios que são sempre válidos em todas as circunstâncias” (FOUCAULT, 2008b, p. 15).

A consolidação do capitalismo, bem como a juridicização liberal das relações sociais e a fundação do Estado moderno a partir do final do século XVIII, permitiram a afirmação de um novo regime de verdade. Um regime que se situou no mercado, para o liberalismo, um lugar de verificação porque nele, desde muito antes, já havia uma certa ideia de justiça nas trocas, fosse pela autorregulamentação que tinha como objetivo combater as fraudes que pudessem colocá-las a perder, fosse pelo preço praticado que mantinha a relação entre trabalho, comércio e consumo em equilíbrio, ou ainda, fosse pela capacidade de distribuir, através das trocas, aquilo tido como básico e essencial. O alcance do regime de verdade não ficou restrito só ao mercado, pois como “um lugar de verificação, quero dizer, [tornou-se] um lugar de verificabilidade/falseabilidade para a prática governamental” (FOUCAULT, 2008b, p. 45).



Com o liberalismo, as estratégias dos próprios dispositivos de segurança, *a priori* limitados ao plano interno, foram otimizadas, sobretudo por conta da priorização de agendas, isto é, das “operações que podem ser feitas e as que não podem ser feitas, em outras palavras, entre as coisas a fazer e os meios a empregar para fazê-las, de um lado, e as coisas a não fazer” (FOUCAULT, 2008b, p. 16). A partir desse momento, esses dispositivos passam a incitar cada um a calcular os perigos e a projetar as respostas capazes de “proteger os interesses individuais contra tudo o que puder se revelar, em relação a eles, como um abuso vindo do interesse coletivo, a exemplo da “liberdade dos trabalhadores [que] não pode se tornar um perigo para a empresa” (FOUCAULT, 2008b, p. 89). A partir da consolidação do capitalismo, os dispositivos de segurança assumem a centralidade do objetivo estratégico da biopolítica, a essa altura em perfeita simbiose com o perigo, já que “não há liberalismo sem cultura do perigo” (FOUCAULT, 2008b, p. 91).

Neste contexto, ao mesmo tempo que as estratégias dos dispositivos de segurança foram otimizadas, contraestratégias foram se desenhando como resposta às crises havidas dessa relação com o liberalismo, e como aponta Deluchey (2016), contraestratégias fazem parte do dispositivo tanto quanto as próprias estratégias, ainda que numa direção oposta.

Então, podemos situar aqui, como contraestratégias, que mais tarde, ou desde logo, passaram a compor os dispositivos de segurança, as variações do liberalismo que Foucault (2008b) vai estudar na segunda parte desse curso: o ordoliberalismo alemão da Escola de Friburgo; e o neoliberalismo norte-americano da Escola de Chicago. Enquanto o surgimento do ordoliberalismo se ancorou “à República de Weimar, à crise de 29, ao desenvolvimento do nazismo, à crítica do nazismo, e, enfim, à reconstrução do pós-guerra”, o do neoliberalismo se ancorou, por sua vez, “à política do New Deal, à crítica da política de Roosevelt e vai se desenvolver e se organizar principalmente depois da guerra, contra o intervencionismo federal, depois contra os programas de assistência” (FOUCAULT, 2008b, p. 107).

Apesar da importância do ordoliberalismo para o estudo que Foucault (2008b) se propôs a fazer em *Nascimento da biopolítica*, o que nos interessa aqui é o neoliberalismo, apesar de haver, entre essas duas variantes do liberalismo, “toda uma série de pessoas, personagens, teorias, livros que circularam, os principais ligados, grosso modo, à escola austríaca, [...] como Von Mises, Hayek, etc.” (FOUCAULT, 2008b, p. 108).

Diferentemente do liberalismo, o neoliberalismo não se resume “a uma alternativa técnica de governo” (FOUCAULT, 2008b, p. 302). É mais, na medida em que “se tornou um



estilo geral de pensamento, de análise e [até mesmo] de imaginação” (FOUCAULT, 2008b, p. 302), o que só foi possível graças a uma teoria do capital humano, construída a partir da ideia de que o salário não passa de mais um rendimento do capital, de modo que o trabalhador, entendido agora como o seu próprio meio de produção, deve investir em si mesmo para aumentar esse e qualquer outro rendimento que, por um tempo, tendem a “aumentar, depois vão diminuir com a obsolescência da própria máquina ou do envelhecimento do trabalhador na medida em que ele é uma máquina” (FOUCAULT, 2008b, p. 309). Isto só foi possível graças a um programa de análise, digamos assim, da desgraça, do perigo, e, por óbvio, da própria segurança.

O neoliberalismo permitiu expandir e totalizar os jogos de verdadeiro e falso para além do mercado, ou tornou o mercado tão grande que encobriu a totalidade da vida, alcançando, assim, “todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não-econômico” (FOUCAULT, 2008b, p. 302), como, por exemplo, a família, a sexualidade, a delinquência e a criminalidade. O que Foucault fala é que, com o neoliberalismo, surgiu um novo sujeito-modelo: o *homo oeconomicus*, que, diferente da sua versão clássica, não se resume a ser um parceiro de trocas de mercado. Esse sujeito “empresário de si mesmo” inclui, por exemplo, no campo da família, encontrar alguém para casar cuja herança genética seja boa o suficiente para investir em descendentes, que vão exigir, por sua vez, outros investimentos, como educação, cultura, e até mesmo, brinca Foucault (2008b), tempo, cuidados e afeto.

Entendemos que, dentro das complexas redes que compõe a biopolítica, o poder pastoral pode ter sido aquele elemento prático que viabilizou a emergência desse novo sujeito marcado por uma forma de vida renovada: o modo *homo oeconomicus* de ser e de se relacionar. Relações como a de mãe-filho tal como descreveu Foucault (2008b), assim como aquelas próprias às práticas da assistência social, que já dissemos ser, com base em Bourdieu (1998) e Cisne (2004), a representação da mão esquerda, do braço feminino, e talvez, maternal do Estado, parecem muito com a do pastor e seu rebanho, com a diferença que, agora, estão em função de um outro regime de verdade, permeados por jogos de verdadeiro e falso sobre o quão rentável pode ser salvar uma ovelha desgarrada e reinseri-la ao rebanho que o pastor tanto investe de seu tempo, cuidados e afeto. Evidentemente, à diferença do poder pastoral, a governamentalidade neoliberal considera “natural” e legítima, porque racional, a exclusão da ovelha inútil porque não rentável: é a lógica implacável do “fazer viver, deixar morrer” que



serve de quadro normativo à nova governamentalidade fundada no mercado como regime de verdade.

Ora, os jogos de verdadeiro e falso na Política Nacional de Assistência Social se dão pela imposição àquela parcela da população que constitui seu público de categorias sacralizadas, a exemplo das noções de infância e família, noções essas, semelhantemente às medidas sanitárias para conter a pandemia, como nos alertou Milanez e Vida (2020), definidas de acordo com a forma de vida típica da classe média branca urbana, e que conduzem a certos comportamentos, todos, de algum modo, mais alinhados ao que se espera de um *homo oeconomicus*.

Retomemos aos casos de trabalho infantil a que nos referimos na introdução. Parece um bom exemplo para mostrar como essa condução das vidas acontece, na medida em que, dentre as seguranças sociais a serem afiançadas como resposta a riscos pessoais ou sociais, destacam-se “poder construir projetos pessoais e sociais e desenvolver a autoestima; [...] alcançar autonomia, independência e condições de bem estar” (BRASIL, 2014, p. 30). Isto passa, estrategicamente, pela inserção dos pais ou responsáveis no mercado de trabalho, já que, como mostram os dados do CREAS do distrito de Icoaraci, em Belém do Pará, consolidados até o final de novembro de 2020, de todos os 133 casos de trabalho infantil atendidos naquele ano, 96,99% deles seguiam um padrão: os pais ou responsáveis eram desempregados.

É importante observar que esse mercado de trabalho nem sempre remete ao mercado de trabalho formal, cujos postos contam, em tese, com a proteção mínima da lei. E sim ao mercado de trabalho informal, no qual nem a atividade e nem mesmo a renda são seguras. E é para esse mercado informal que alguns pais ou responsáveis acabam sendo preparados por uma série de cursos que estimulam projetos empreendedores de vida. O que não exclui, ainda, a possibilidade de inserção dos filhos a partir dos 14 anos em “programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva” (BRASIL, 2014, p. 46), sobrecarregando-os com obrigações profissionais além das obrigações escolares.

Tomando esse exemplo, podemos observar que as práticas da Política Nacional de Assistência Social acabam por hierarquizar as ovelhas perdidas: as que podem ser resgatadas e reinseridas ao rebanho (fazendo as vezes do mercado de trabalho formal); as que podem ser resgatadas, mas não exatamente reinseridas ao rebanho; e as que não serão resgatadas, e que foram deixadas para trás, abandonadas a sua própria sorte (seguindo a lógica do “deixar morrer”). Essa hierarquia, dentro tantos outros fatores, gradaria o racismo de Estado, o que



permite, lembremos, matar na biopolítica, ao mesmo tempo que ditaria, dentre essas categorias de ovelhas, aquelas que podem ser mais ou menos matáveis e alvo do assassinio direto, inclusive, na forma de extermínio, tão comum na periferia.

E os territórios da periferia, que são espaços heterotópicos, vão sendo invadidos, transformados em pastos pelos dispositivos de segurança, aqui representados pela assistência social. Em nome de uma agenda neoliberal, de um projeto biopolítico, ainda que faça viver as ovelhas resgatadas, deixa-se morrer à vontade tantas outras, até mesmo as que foram reinseridas ao rebanho. Afinal, em algum momento, as ovelhas têm que ser abatidas, seja para sacrifício, seja pela sobrevivência de quem as pastoreia.

Como nos mostrou Deluchey (2019) sobre o extermínio da juventude na periferia de Belém do Pará, na governamentalidade neoliberal, as famílias abaixo da linha da pobreza seriam as que justamente podem ser “deixadas para morrer” e que, de fato, são os principais alvos do extermínio legitimado pela mídia e pelos próprios agentes do Estado. Desse modo, a Política Nacional de Assistência Social vai se consolidando como uma manifestação biopolítica por excelência, na medida em que opera a fina equação do cuidado que “faz viver” ao mesmo tempo que, por esse mesmo cuidado, “deixa morrer”, operando muitas vezes um cálculo visando a discriminar os candidatos à proteção e ao abandono.

Corrigindo marginalmente as contradições intrínsecas e decorrentes da governamentalidade neoliberal, como o racismo de Estado e uma discriminação contável baseada na avaliação da utilidade de cada um para o “mercado”, a assistência social viabiliza o lado “b” da biopolítica, um lado menos visto, mas não por isso, o menos ativado dela. Agamben (2007) chamou de “tanatopolítica” e Mbembe (2018) de “necropolítica” a política de morte pelo extermínio ou pelo descaso programado que recai sobre as vidas matáveis. Por meio de uma arte de governar bio-necropolítica, a vida é completamente capturada pela morte; viver é estar sujeito ao risco de morrer a todo tempo e a qualquer momento, determinando as relações de poder permeadas pelo terror e, até mesmo, de resistência, inclusive pelo sacrifício, como estratégias neoliberais de sobrevivência.

Ainda que com algum apego à vida, mesmo em se tratando das vidas descartáveis assim definidas segundo o valor conferido pelo fator hierarquizante, a Política Nacional de Assistência Social contribui para a legitimação e aceitação da política de morte que se torna o pilar central da atual fase do capital, como um pasto que tem por trás um matadouro, e o que



faz desse locus onde “vivem” as ovelhas o que Mbembe (2018) referiu como “mundo de morte”, onde se sabe e se mede segundo a matabilidade de cada sujeito, grupo ou comunidade.

## 5 CONCLUSÃO

A grade de análise de Foucault nos permite pensar o papel biopolítico que a assistência social exerce, e, assim, construir uma hipótese que nos ajudasse a entender o porquê de o Estado, na atual fase do capital, ainda que de forma parca, propõe-se a financiar uma política pública voltada para as famílias na linha e abaixo da linha da pobreza. A priori, na governamentalidade neoliberal, essas famílias seriam as que justamente podem ser “deixadas para morrer” e que, de fato, são os principais alvos do extermínio legitimado pela mídia e pelos próprios agentes do Estado.

Trata-se de um caso típico de contradição dialética entre poder pastoral e poder de polícia, entre cuidado à vida e matabilidade, típico de um modelo teórico de tradição marxista que nos oferece uma grade de análise tão potente quanto a de Foucault, e que, acreditamos, também pode servir para chegar às mesmas conclusões.

A medida em que mergulhamos no estudo da assistência social, nós nos deparamos com ferramentas empregadas por formas de vida então invisibilizadas, como as da própria periferia, aqui em Belém do Pará, o pensamento da baixada, que diz muito sobre o que é a assistência social. É um pensamento muitas vezes ignorado pelo campo acadêmico, que ainda acredita ocupar um lugar que julga ser aquele do qual devam vir as respostas, as soluções.

O papel biopolítico da assistência social, assim como talvez tenha sido a de suas origens nas fases anteriores do capital, é a de legitimar a descartabilidade das vidas. Hoje é a periferia o alvo, onde se encontram as famílias abaixo da linha da pobreza, cujas formas de vida, muitas vezes, diferem muito daquelas que podemos reunir sob o manto do *homo oeconomicus*, cuja verdade vem do mercado, e como tal, deve se irradiar sobre todos os territórios e formas de vida, para que todos eles e elas sejam incorporadas no mercado, ou descartadas em benefício deste.

É a assistência social que primeiro atravessa para o lado de lá, com a missão, parecida com a dos jesuítas, das primeiras-damas ou dos filantropos: transformar aquele espaço desconhecido, temido, mas estratégico, em pasto, tornando-o, assim, seguro, pelo menos, para os interesses dos forasteiros. Em nome de uma agenda neoliberal, de um projeto governamental



biopolítico, que, ainda que faça marginalmente viver as ovelhas resgatadas, deixa morrer à vontade tantas outras, até mesmo as que foram reinseridas ao rebanho. Afinal, em algum momento, as ovelhas têm que ser abatidas, seja para sacrifício, seja pela sobrevivência de quem as pastoreia. E as ovelhas que não forem abatidas, tem de ter bem claro a possibilidade de sua matabilidade para que, a partir desta insegurança, elas possam aceitar qualquer condição de sobrevivência no pasto que lhe for atribuído.

Com isso, não nos furtamos em reconhecer o aporte representando pela Política Nacional de Assistência Social para o Brasil, mas também não nos furtamos da responsabilidade de colocá-la em perspectiva, e até de profaná-la para devolver a mesma ao uso comum. Afinal, esse é o primeiro passo para deslocar para a crítica os debates até então confiados a espaços sacralizados, hoje em dia naturalizados na governamentalidade neoliberal necropolítica.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BELÉM. Fundação Papa João XXIII. **Banco de Dados do Serviço Especializado em Abordagem Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social José Carlos Pacheco Dias**. Belém, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1998.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Censo SUAS 2019**: resultados nacionais. Brasília: Imprensa Oficial da União, 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Imprensa Oficial da União, 2014.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. Contexto: São Paulo, 2013.

CISNE, Mirla. **Serviço social, uma profissão de mulheres para mulheres?** Uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. 2004. 205 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

DAFFRE, Sílvia Gomara. As leis e a realidade de uma instituição de acolhimento. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). **A realidade dos abrigos**: descaso ou prioridade? São Paulo: Zagodoni, 2012.





DELUCHEY, Jean-François Yves. Sobre estratégias e dispositivos normativos em Foucault: considerações de método. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 40, n. 2, p. 175-196, 2016.

DELUCHEY, Jean-François Yves. **Biopolítica e morte no Brasil**: o extermínio da juventude negra (ultra)periférica na Amazônia. Relatório de Pesquisa Gerda Henkel Stiftung (Düsseldorf) - *Special Program Security, Society and State* (2017-2019). 2019. 154 páginas. Disponível em: <<https://bit.ly/3ppdjuB>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e escritos**: estética, literatura e pintura, música e cinema. Organização de Manuel Barros de Motta. Tradução de Inês Autran Dourado. 2. ed. 2. v. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. Cortez Editora: São Paulo, 1997.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, Estado de exceção e política da morte. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MILANEZ, Felipe; VIDA, Samuel. **Pandemia, racismo e genocídio indígena e negro no Brasil: coronavírus e a política de extermínio**. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

PARÁ. **Almanak administrativo, mercantil e industrial, [de janeiro?] de 1868**. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/705985/per705985\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/705985/per705985_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 9 dez. 2022.

PINHEIRO, Welington da Costa. **O Instituto Orfanológico do Outeiro**: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913). 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

PORTUGAL. **Regimento do Governo-Geral do Brasil, de 17 de dezembro de 1548**. Sobre o Regimento de Dom João III entregue a Thomé de Sousa. Disponível em: <<http://www.historia-brasil.com/colonia/constituicao-1548.htm>>. Acesso em: 9 dez. 2022.





REBELO, Romário. **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes com deficiência**. 2019. 252 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

RIZZINI, Irene. **A criança e a lei no Brasil**: revisitando a história (1822-2000). Brasília: Unicef, 2000.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina da Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. Cortez Editora: São Paulo, 1997.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria. 3. ed. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2003.